

v.30 n.2
Jul-Dez/2020

DOSSIÊ

Territórios e lutas sociais: insurgências e resistências
contra a mercantilização da vida

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Territórios e lutas sociais:
insurgências e resistências contra
a mercantilização da vida

v.30 n.2

Jul-Dez/2020

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC V.30 N.2

Gabriela Icasuriaga UFRJ

Cecília Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Iron Pedreira Alves / Flickr (CC BY 2.0)
Pesca, 2019.

Publicação indexada em:

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraia vermelha](#)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	236	
	<i>Gabriela Icasuriaga & Cecília Cavalcanti</i>		
ENSAIO DOSSIÊ	Cupim que vai pra festa de tamanduá	246	
	<i>Antônio Bispo dos Santos</i>		
ARTIGOS DOSSIÊ	Espacialidade do capital e metamorfose do território	253	
	<i>Helena Lúcia Augusto Chaves & Vitória Régia Fernandes Gehlen</i>		
	Quilombos e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas	272	
	<i>Maria Raimunda Penha Soares</i>		
	Quilombo Rio dos Macacos e a resistência contra a acumulação por espoliação	299	
	<i>Ana Claudia de Jesus Barreto</i>		
	Lutas e resistências contra a privatização da água no Rio de Janeiro	324	
	<i>Caroline Rodrigues da Silva, Bruno Alves de França & Ary Gabriel Girota de Souza</i>		
	O Controle social nas favelas cariocas e o protagonismo das mulheres	349	
	<i>Marcia Bastos de Araújo & Rafael Soares Gonçalves</i>		
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Política pública e voluntariado: um estudo sobre o serviço “Família Acolhedora” no Brasil	372	
	<i>Denise Andreiade Oliveira Avelino & Maria de Lourdes Mattos Barreto</i>		
	O Serviço Social e a reprodução das relações sociais	391	 Você está aqui.
	<i>Silvio Aparecido Redon & Eliane Christine Santos de Campos</i>		
	O Estatuto da domesticidade e o repertório de resistência de trabalhadoras domésticas	409	
	<i>Tatiane de Oliveira Pinto</i>		

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

O Serviço Social e a reprodução das relações sociais

Serviço Social
Sociedade capitalista
Relações de produção

O Serviço Social atua como partícipe da reprodução das contraditórias relações sociais. Portanto, para além do seu papel na manutenção da sociedade capitalista, converge possibilidades para contemplar interesses dos trabalhadores. Como condição para tal efetivação, faz-se necessária a compreensão desse caráter ambíguo da profissão, entendendo sua emersão e sua inserção na realidade social, devendo essa ser apreendida sob o aspecto da totalidade. Este artigo, por meio de revisão de literatura, resgata a teoria marxiana sobre a produção e reprodução da vida social e particulariza o papel do Serviço Social inserido nesse processo.

Silvio Aparecido Redon

Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina.

silvioredonks@hotmail.com

Eliane Christine Santos de Campos

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e docente no departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

elianecampos@uel.br

Social Work and the reproduction of social relations

Social Work participates in the reproduction of contradictory social relations. In addition to this apparent resignation to capital, the work of the social worker converges possibilities for the alignment of workers' interests. A condition for this effectiveness comes from understanding the insertion of the profession in the society, referring to the apprehension of the totality of this complex reality. This article, through a literature review, aims to rescue the Marxian theory on the production and reproduction of social life, particularizing the role of Social Work in that social process, aiming to contribute to the professional debate.

Social Work
Capitalist society
Relations of production





O Serviço Social brasileiro, apesar da sua gênese marcada pelo histórico de conservadorismo e tradicionalismo, bem como de uma imagem socialmente determinada em torno do caráter policalesco e assistencialista, construiu uma cultura profissional da defesa dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora. O Serviço Social adquire maturidade, e não apenas como uma profissão reconhecida e legitimada socialmente, mas, também, teoricamente, pelo conhecimento que produz, sobretudo na área do debate em torno das políticas sociais. Contudo, além desse fato merecidamente reconhecido e do Serviço Social ser visto como uma profissão atuante junto à classe trabalhadora, considerando seus anseios e buscando respostas para suas demandas, participa também, ao lado de outras profissões, para a manutenção e vigência da sociedade burguesa.

Para que o assistente social não conduza sua atuação profissional de forma imediata, devendo para isso considerar os aspectos analítico e interventivo da profissão, e compreendendo os vetores que dinamizam as contradições sociais e as condições de vida dos trabalhadores, é imprescindível que os profissionais realizem uma leitura sob a ótica da totalidade da realidade macrossocial em que se operam a produção e a reprodução da vida social da população sob a sociabilidade do capital. É pensar acerca do Serviço Social implicado por essa realidade, marcada pelos limites institucionais, mas com possibilidades concretas de construção de um exercício profissional crítico e questionador. Isso exige a consideração do Serviço Social imerso em meio a essa contradição, considerando a ambiguidade do trabalho do assistente social, afastando práticas discriminatórias e vexatórias. Esta é a proposta do presente artigo: contribuir para o debate da categoria, buscando oferecer insumos teóricos para que o profissional analise sua compreensão da realidade social e da sua atuação profissional à luz de uma visão crítica, em busca de uma postura propositiva como possibilidade do exercício profissional. Um assunto que deve ser incessantemente retomado e jamais subestimado.

Este artigo, fruto de revisão de literatura pertinente ao tema, está dividido em duas partes, seguidas da conclusão: a primeira, *A produção e reprodução dos meios de produção e das relações de produção capitalista segundo a visão marxiana*, apresenta os mecanismos de produção e reprodução da vida social que foram desnudados por K. Marx através da perspectiva de totalidade

**O Serviço Social e a reprodução
das relações sociais**

Sílvio Aparecido Redon
Eliane Christine Santos de Campos





das relações sociais que se forjam sob o modo de produção capitalista. O segundo tópico, *O Serviço Social como partícipe da reprodução das relações sociais de produção capitalista*, situa a profissão na reprodução dessas contraditórias relações sociais, entendimento necessário aos profissionais assistentes sociais para a reflexão de sua prática profissional, mas considerando a ambiguidade característica do Serviço Social como meio de contemplar interesses dos trabalhadores.

A Produção e reprodução dos meios de produção e das relações de produção capitalista segundo a visão marxiana

O esforço empreendido aqui é compreender criticamente o modo de produção capitalista enquanto produção e reprodução dos meios de produção e das relações sociais de produção, momento este em que será apreendido o significado social da profissão Serviço Social como partícipe desse processo.

Segundo Lefebvre (1977, p. 219 - 220), o conceito de *reprodução das relações sociais* desponta nas obras de Marx quando este formula o conceito de *sistema* ou *modo de produção capitalista*, que designa o resultado global das relações antagônicas: “salário/capital”, “proletariado/burguesia”. Mas esse antagonismo não se evidencia num primeiro plano na sociedade burguesa, antes se escamoteia em formas que transcendem uma leitura superficial da realidade, tal qual o contrato de trabalho, ficticiamente livre. Portanto, este *resultado global* das relações antagônicas abarca “as elaborações jurídicas das relações de produção, as relações de propriedade codificadas – as ideologias que ‘exprimem’ também, dissimulando-as, as relações de antagonismo – as instituições políticas e ‘culturais’, a ciência, etc.” Por conseguinte, ‘o conceito de reprodução das relações de produção incide sobre a totalidade, sobre o movimento dessa sociedade no nível global’ (LEFEBVRE, 1977, p. 225).

Sob esse prisma se coloca o que Martins (1980) designou como *modo capitalista de pensar*, que não se separa do modo capitalista de produção, e que evidencia a ideologia da classe dominante:

O modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias

O Serviço Social e a reprodução das relações sociais

Sílvio Aparecido Redon
Eliane Christine Santos de Campos





à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração de suas bases de sustentação – ideológicas e sociais (MARTINS, 1980, p. XI).

O que deve ser levado em conta nessa problematização é, primeiramente, a produção e reprodução dos meios de produção e, posteriormente, elevando o nível de abstração, a produção e reprodução das relações sociais capitalistas de produção, a ‘reprodução total’¹, evidenciando o caráter da produção especificamente capitalista, uma forma sócio-histórica dos homens se organizarem para produzirem e reproduzirem suas formas materiais de existência, e as relações sociais que derivam dessa organização produtiva. Isto porque as condições de produção são as mesmas para a reprodução: ‘se a produção tem a forma capitalista, também terá a reprodução’ (MARX, 2017, p. 669). Se no capitalismo o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor, a reprodução também é apenas um meio de reproduzir o valor investido como capital.

Segundo Marx (1978, p, 90, grifo no original) “o produto da produção capitalista não é somente *mais-valia*, é *capital*”. Entendemos com essa afirmação que o resultado do processo de trabalho na sociedade capitalista resulta, além de um produto que contenha em si trabalho não pago, a possibilidade/ necessidade de parte desse trabalho não pago, sob a forma de mais-valia e realizada na esfera da circulação, ser reinserida no processo de produção. Portanto, para ser capital, determinada soma de dinheiro ou valor adiantado deve primeiro ser convertido em fatores do processo de trabalho e, segundo, dentro desse processo deve ser incorporado o trabalho vivo; isso possibilita que esse mesmo trabalho se converta em capital e capital potencial, isto é, a soma de dinheiro investida nos fatores do processo de trabalho, em capital “real e atuante”. Assim, para a efetiva transformação de dinheiro em capital não basta que se tenha a produção e a circulação, mas dantes a existência, em lados opostos, do possuidor do dinheiro, dos meios de produção e de subsistência e do possuidor da substância criadora de valor, da força de trabalho (MARX, 2017, p. 673).





Esse processo resulta para o trabalhador apenas na reprodução de sua força de trabalho, que deverá ser vendida incessantemente sob a condição de assalariamento. Entretanto, como a força de trabalho é a criadora e multiplicadora de valor, o capital sai desse processo como capital real, em “valor que se valoriza” (MARX, 1978, p. 91). Essa mais-valia reconvertida em capital apresenta-se como formadora de novo capital ou capital acumulado: capital que gerou capital. Contudo, o capital não produz apenas capital objetivo, mas também o capital subjetivo². O processo de acumulação implica a criação de novos assalariados, meio de realização e aumento do capital existente. “Deste modo, o trabalho não só produz, em oposição a si mesmo e em escala sempre mais ampla, as condições de trabalho enquanto *capital*, mas o capital produz em escala cada vez maior os *assalariados produtivos* que requer”. Segundo Marx (2017, p. 675), o próprio trabalhador é o meio de produção imprescindível ao capitalista; sua conservação e reprodução é condição necessária e permanente da reprodução do capital. *Assim, capital e trabalho assalariado se reproduzem concomitantemente como elementos antagônicos e inelimináveis da relação social de um mesmo processo de produção, como polos opostos e conflituosos de uma relação de dependência intrínseca. A produção capitalista produz e reproduz, em escala ampliada, as relações capitalistas de produção.*

Não só as condições objetivas do processo de produção, mas igualmente o caráter especificamente social delas apresentam-se como resultado deste; *as relações sociais, e, portanto, a posição social dos agentes da produção entre si, as próprias relações de produção são produzidas, são o resultado, incessantemente renovado, do processo* (MARX, 1978, p. 95, grifo meu).

No entanto, essa relação só se reproduz em condições vantajosas para um dos lados: ao passo em que se desenvolve a força produtiva do trabalho, cresce a riqueza social perante o operário. O capital se agiganta diante dele como uma força avassaladora, na mesma proporção de sua pobreza. Segundo Marx (1978, p. 92), levando em conta a continuidade do processo produtivo, o que podemos entender por sua reprodução³, o salário é parte do produto criado antecipadamente pelo operário e que é usado para sua subsistência, em “meio de conservação e





aumento da capacidade de trabalho necessária ao capital para sua autovalorização, para seu processo vital”. Porém, esses dois pontos, a conservação e aumento da capacidade de trabalho, se apresentam como reprodução e ampliação das condições de reprodução e acumulação do processo produtivo, mas que pertencem ao capitalista. Resumindo:

A produção capitalista é produção de mais-valia, e, enquanto produção de mais-valia (na *acumulação*) é ao mesmo tempo *produção de capital e produção* e reprodução de toda a relação capitalista em escala cada vez mais extensa (ampliada). (MARX, 1978, p. 95, grifo no original).

Pela ótica de Marx (1978) e também de Lefebvre (1977), a permanência do modo de produção capitalista implica a ininterrupção da produção e das relações sociais, o que supõe, portanto, o papel da ideologia, cuja reprodução também se efetiva como instrumento de controle social, mesmo tendo uma eficácia limitada, já que escamoteia as contradições da realidade, mas não as suprime.

A reprodução da ideologia dominante visa a manutenção da ordem vigente, constituindo-se, pois, em violência simbólica, já que, pela inculcação da cultura e dos valores dominantes, implica numa imposição e desenvolve uma relação de dependência, quase sempre imperceptível, dissimulada, *que reforça a relação dominação/subordinação entre as classes sociais* (CERQUEIRA FILHO e NEDER, 1978, p. 199, grifo meu).

Com isso, devemos ter em mente que as relações de produção trazem em si contradições de classe (capital/trabalho), que se ampliam em contradições sociais (burguesia/proletariado) e políticas (dominantes/dominados), que se aprofundam e se expandem. Isso mostra uma certa coesão interna do capitalismo, mas, também e sobretudo, que se aprofundam e se ampliam suas contradições em nível mundial. Essa perenidade das relações de produção, segundo Lefebvre (1977, p. 244), deve ser creditada ao Estado “na sua qualidade de legislador” e na sua “capacidade repressiva”, características não conflitantes, mas antes complementares para a garantia da permanência do poder burguês. É através dessa leitura da realidade social, considerando esses personagens e a disposição dos mecanismos sociais e



políticos, que queremos situar a profissão Serviço Social na reprodução das relações sociais de produção capitalista.

O Serviço Social como partícipe da reprodução das relações sociais de produção capitalista

É de responsabilidade de Marilda Iamamoto (1982) a inauguração do debate do Serviço Social enquanto trabalho já no início da década de 1980 em sua dissertação de mestrado⁴, que no mesmo ano foi parcialmente publicada no conhecido *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*.

Iamamoto (1982) tinha por objeto o Serviço Social e por objetivo a captura do significado social da profissão e das práticas dos assistentes sociais enquanto agentes qualificados em contexto de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira. Concebe o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social do trabalho, partícipe da reprodução das relações sociais e de suas contradições. Para entender o significado da profissão nesse processo, a autora aponta a necessidade de apreender o movimento real em que se operam essas relações, dispondo-se a uma empreitada que não encontrava suporte na bibliografia do Serviço Social até aquele momento. Vai com isso se ancorar “em textos clássicos marxistas” (IAMAMOTO, 1982, p. VI) para balizar sua compreensão de sociedade capitalista e elaborar a análise de sua proposta de pesquisa.

Segundo a autora, “a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho” (IAMAMOTO, 1982, p. 3). O significado da profissão só é capturado a partir da análise sob a lógica da totalidade, devendo-se ir “além da aparência em que se apresenta em seu próprio discurso, e, ao mesmo tempo procurar detectar como vem contribuindo, de maneira peculiar, para a continuidade contraditória das relações sociais, ou seja, do conjunto da sociedade” (IAMAMOTO, 1982, p. 3). Assim, o Serviço Social deve ser compreendido no movimento da sociedade como produto histórico peculiar ao capitalismo e cumprindo uma função para a manutenção e vigência do sistema de classes, no movimento da reprodução da sociedade, desviando-se, assim, de visões mecanicista e voluntarista da profissão. Aqui se evidencia o

O Serviço Social e a reprodução das relações sociais

Silvio Aparecido Redon
Eliane Christine Santos de Campos



Serviço Social legitimado e institucionalizado; a discussão da profissão expande-se para além de si mesma.

Na trilha dos estudos marxianos, Iamamoto (1982, p. 91) discute a reprodução das relações sociais como a “*reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida*”⁵, envolvendo o cotidiano da vida, a forma socialmente determinada dos indivíduos viverem e trabalharem. Assim, uma realidade não estática e acabada, mas em contínuo movimento de estruturação permanente. Situa, pois, o Serviço Social enquanto profissão:

Com um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço em *compreender a profissão* historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial (IAMAMOTO, 1982, p. 89, grifo no original).

O Serviço Social é situado como profissão nos limites do modo de produção capitalista, cujas determinações de exploração, acumulação ampliada e propriedade privada, são reproduzidas também pela contribuição dos assistentes sociais através de seu trabalho profissional, já que inseridos nos valores e dinâmica burgueses. Conforme Iamamoto (1982), a reprodução social, ao reproduzir a forma específica de vida e de trabalho, reproduz também as contradições e os interesses antagônicos expressos na divisão de classes. Contudo, situando-se no interior da relação entre as classes fundamentais, o trabalho do assistente social expressa o caráter contraditório do exercício profissional devido à polarização de interesses, tendendo a ser cooptado pelas inclinações da classe dominante. Atende a interesses distintos reforçando, pela mesma atividade, as possibilidades de exploração e dominação do capital e também respondendo às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora. *Isso é uma ambiguidade intrínseca ao exercício profissional, não podendo ser suprimida; essa compreensão permite ao assistente social estabelecer estratégias profissionais e políticas para fortalecer o capital ou o trabalho.*

Pensar no Serviço Social como integrante do processo de reprodução das relações sociais é considerar sua vinculação a organizações institucionais, por meio das quais o assistente social





se insere sob uma condição de trabalhador assalariado, o que lhe confere uma autonomia relativa. Mesmo regulamentada como profissão liberal, não se realiza como tal, pois o assistente social “*não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo*” (IAMAMOTO, 2014, p. 63, grifos no original). As mediações necessárias para a efetivação do seu trabalho são de posse das entidades empregadoras, responsáveis pela organização dos processos de trabalho em que se insere o profissional. Mas, contraditoriamente a tudo isso, o Serviço Social apresenta traços de profissão liberal, como um Código de Ética Profissional. Devemos ainda agregar a esses traços liberais o caráter não rotineiro de sua ação e a relação direta com o usuário, o que lhe garante alguma mobilidade interventiva, além de uma certa “indefinição ou fluidez” (IAMAMOTO, 1982, p. 100) do que faz o Serviço Social o que oportuniza espaço para que o assistente social pense sobre seu trabalho para além da demanda institucional.

No Brasil, a profissão se estrutura fortemente ligada ao Estado, o maior empregador do assistente social, além de legislador e controlador das forças repressivas que asseguram o poder e a ordem aos moldes da edificação burguesa⁶, quando aquele passa a atuar de forma sistemática sobre as consequências da exploração do trabalho pelo capital e, também, às instâncias patronais privadas.

O Estado, que desempenha um importante papel na reprodução das relações sociais, é uma via privilegiada para as frações da classe burguesa imporem seus interesses conflitantes, porém não antagônicos, ao conjunto da sociedade. Mas no jogo político democrático, o Estado é obrigado a incorporar, mesmo que parcialmente, os interesses do trabalho.

Portanto, a demanda pela intervenção profissional adquire um nítido *caráter classista* quando o assistente social passa a atuar em instituições estatais que implementam os serviços sociais por meio das políticas sociais, a via privilegiada das classes dominantes para o enfretamento da “questão social”. Assim, embora “trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente solicitado; atua junto a ele a partir de uma demanda, que na maioria das vezes não é dele” (IAMAMOTO, 1982, p. 105). A requisição é, predominantemente, do Estado que contrata os assistentes sociais para operacionalizar as políticas sociais.





O Serviço Social atua, ao lado de outras profissões, na reprodução das relações sociais “fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora” (IAMAMOTO, 1982, p. 116, grifos no original). Além disso, e talvez o mais importante se pensarmos no processo produtivo da riqueza social sob o capitalismo, intervém na “criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho” (IAMAMOTO, 1982, p. 116, grifo no original) por meio dos serviços sociais que são previstos nas políticas sociais gestadas e geridas pelo Estado. Logo, a funcionalidade do Serviço Social na reprodução das relações sociais se efetiva pela atuação dos assistentes sociais que é mediatizada pelos serviços sociais. Nesse movimento, além da reprodução das relações sociais, também são reproduzidas as contradições que lhes são inerentes, que se expressam na vida cotidiana.

A profissão Serviço Social não atua diretamente na produção de valores, todavia se insere na reprodução das relações sociais como indispensável ao movimento do sistema capitalista, tornando o trabalho produtivo mais eficiente. Auxilia na transitoriedade do poder da classe capitalista expresso através do Estado, vinculado ao controle político-ideológico e/ou repressivo e à modernização burocrática estatal, objetivando um inalcançável equilíbrio entre classes conflitantes.

A questão da atuação do assistente social na reprodução das relações sociais através das políticas sociais, *especificamente no quesito reprodução da força de trabalho*, se estende ao debate sobre a relação entre salários, acumulação e serviços sociais. Como trabalhadores assalariados, a sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora dependem, fundamentalmente, do salário. Decorre dele a satisfação das necessidades básicas do produtor e sua família. Contudo, o movimento variável de elevação e decréscimo dos salários mantém relação estreita com o movimento de acumulação nos limites extremos que não comprometa a reprodução do próprio capitalismo e a reprodução da força de trabalho, considerando suas necessidades históricas. O valor da força de trabalho, expresso nos salários, é motivo de disputa entre as classes; sua elevação compromete os índices de acumulação, pois reduz a apropriação de trabalho não pago pelo capitalista, que tende a forçar o piso salarial para baixo, elevando





a taxa de exploração e conseqüentemente, reduzindo o nível de vida daqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Por outro lado, os trabalhadores se organizam na luta pelo 'justo preço do salário' (IAMAMOTO, 1982, p. 123). "O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador" (MARX, 2010, p. 23).

Diante da pauperização do trabalhador, devido à expropriação a que é submetido em contraste com o aumento do capital, relação necessária à acumulação, o Estado atua como garantidor da reprodução da força de trabalho e do seu controle contínuos (NETTO, 2011), tanto pela garantia de certas legislações como por meio da oferta de serviços básicos prestados por organismos estatais, paraestatais ou privados, regulados pelas políticas sociais. A ambigüidade do exercício profissional revela a própria ambigüidade dos serviços sociais, funcionais tanto à classe capitalista, quanto à classe trabalhadora:

Assim como os serviços sociais tem para os *capitalistas um caráter complementar* à reprodução da força de trabalho a menor custo, para os *trabalhadores assalariados tais serviços são também complementares na sua reprodução física, intelectual e espiritual e de sua família*, já que a base de sua sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho (IAMAMOTO, 1982, p. 126, grifo no original).

As políticas sociais e os serviços sociais, mesmo direcionados ao trabalho, respondem a interesses da classe capitalista que controla o Estado. Sua funcionalidade é de integrar a população assistida à sociedade, "integrá-la à ordem estabelecida pelo capital: é a integração ao sistema de dominação na sua condição de dominada" (IAMAMOTO, 1982, p. 128).

Ainda inserido na reprodução das relações sociais, e também de suas contradições, o Serviço Social atua na *reprodução do controle social e da ideologia dominante*:

Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores (IAMAMOTO, 1982, p. 116).





Sobre essa dimensão, de controle social e difusão da ideologia dominante, o Serviço Social atua como instrumento *auxiliar e subsidiário*, ao lado de outros de maior alcance, para concretizar esses requisitos básicos à vigência da ordem do capital. Assim é como se configura também, segundo Cerqueira Filho e Neder (1978, p. 201), o sistema de ensino; a educação também atua na reprodução da ideologia dominante. Mas tal qual Yamamoto em sua análise sobre o Serviço Social, os autores fogem de uma “análise mecanicista, que vê no sistema de ensino um mero instrumento dos interesses das classes dominantes”, pois na sua função reprodutora da ideologia dominante, a Educação possui uma função que lhe é própria, de inculcação, que imprime no indivíduo noções de pensamentos, ações. Isso se deve à sua “relativa autonomia” (CERQUEIRA FILHO e NEDER, 1978, p. 201), que nesse caso tem a ver com o grau da ideologia dominante.

De acordo com Yamamoto (1982), o avanço das forças produtivas do capital eleva o grau de exploração sobre o trabalho, visto que o capital se nutre da mais-valia apropriada dos trabalhadores; ao reproduzir a condição de acumulação do capitalista, o trabalhador reproduz, no mesmo processo, sua condição de explorado, em escala crescente. Não obstante, ao passo em que se desenvolvem as relações de exploração e dominação, também se desenvolvem a maturidade política e a consciência de classe dos trabalhadores. Contudo, as relações sociais desiguais que alicerçam e por meio das quais se desenrolam a produção e a reprodução sob o modo de produção capitalista, tendem a ser esfumaçadas, ocultando sua natureza desigual quando da mediação da mercadoria e do dinheiro; o trabalho alienado é obscurecido. *Novamente dizendo, o modo capitalista de produção pressupõe o modo capitalista de pensar, que expressa sua ideologia dominante.* Como não existe sociedade que se perpetue baseada apenas no uso da violência (disso decorre a importância do controle social e da difusão da ideologia para o consenso social), o capitalismo, para garantir aceitação da ordem do capital, recorre a outras formas e mecanismos que auxiliam na integração do cidadão e na dissipação de tensões sociais, como *formas de controle social*. Embora a burguesia tenha o Estado como o órgão privilegiado para o exercício do controle, essas medidas se efetivam também por meio de instituições da sociedade. E mais:

O Serviço Social e a reprodução das relações sociais

Sílvio Aparecido Redon
Eliane Christine Santos de Campos





O controle social não se reduz ao controle governamental e institucional. É exercido, também, através de relações diretas, expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. Entre esses agentes institucionais encontra-se o profissional do Serviço Social (IAMAMOTO, 1982, p. 134).

Esse ponto merece um destaque: se o controle social também acontece por meio de *relações diretas*, uma das características da profissão que marca uma prática “liberal”, não podemos descartar o papel imprescindível dos serviços sociais também para a reprodução da ideologia capitalista, não só na reprodução da força de trabalho. Isso porque a atuação do assistente social é mediatizada pelos serviços sociais, oferecidos pelos aparatos institucionais. A pessoa que vai em busca desses serviços passa, obrigatoriamente, pelo profissional de Serviço Social que participa de sua implementação. *É a relação direta, entre o assistente social e o sujeito, em sua busca pelo acesso aos serviços sociais, que também possibilita a propagação da ideologia da sociedade capitalista por esse agente institucionalizado.*

Quanto à *reprodução da ideologia dominante*, uma forma de controle social, “ela é um meio de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente” (IAMAMOTO, 1982, p. 134). “Essa continuidade [do modo de produção] implica uma necessidade de apoio inclusive das camadas exploradas pelo sistema, daí a necessidade da reprodução da ideologia dominante no sistema capitalista, para garantir sua própria reprodução também pelo consentimento” (CERQUEIRA FILHO e NEDER, 1978, p. 202). Extrapola as representações individuais, já que a ideologia e a forma de consciência que lhe são referentes se fundam na prática social e expressam como as pessoas apreendem a dinâmica social, se vinculando a classes sociais na sua luta por hegemonia. Como a ideologia é a expressão do real transposto para o ideal, o que deve ser levado em conta é que “os pensamentos da classe dominante são os pensamentos dominantes em cada época, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é simultaneamente o seu poder *espiritual* dominante” (MARX e ENGELS, 1984, p. 206). Quem detém os meios da produção material dispõe também dos meios para a produção espiritual.



O Serviço Social se institucionaliza como partícipe de medidas de políticas sociais implementadas por organismos públicos ou privados, entendidos como tentativas de legitimação do poder da classe dominante que faz incidir seus interesses sobre o Estado.

Na operacionalização de medidas instrumentais de controle social, o emprego de técnicas e tecnologias sociais é largamente utilizado, *enquanto meios de influenciar a conduta humana, adequando-as aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente*. Entre essas tecnologias encontra-se o Serviço Social (IAMAMOTO, 1982, p. 138, grifo meu).

Ou seja, o Serviço Social atua junto ao indivíduo atendendo aos requisitos necessários à reprodução das relações pertinentes à sociedade vigente, contribuindo para normatizar comportamentos que possam conturbar o cotidiano social e gerar danos e riscos ao capitalismo podendo, em última instância, corroer suas estruturas e colocar em xeque seu pilar de estruturação: a socialização crescente do trabalho e a apropriação privada da produção. Além disso, o trabalho do assistente social se concretiza no cotidiano, que expressa um modo de vida, junto à população, marcando um *caráter pessoal* na relação, permitindo uma compreensão mais profunda do desenrolar das relações sociais o que, aliada a uma bagagem científica, pode proporcionar uma *visão totalizadora da realidade*. Mas, num contraponto, essa característica de apreender a singularidade do indivíduo pode segmentar as condições de vida do sujeito da base social, subtraindo-a da condição geral de classe social (IAMAMOTO, 1982, p. 142-144).

Essas características da atuação do assistente social se formatam em veículos de interferência e controle de aspectos da vida da classe trabalhadora manejados pelos donos do poder, cujas intenções se encobrem sob um discurso humanista da burguesia, porém também se revelam devido ao caráter classista da intervenção profissional. A desvinculação das condições de vida da base produtiva inverte o real objetivo da produção; passa da lógica da reprodução da sociedade capitalista para o atendimento das necessidades sociais. As relações contratuais são humanizadas e individualizadas por meio do trabalho profissional, desconectando-as de seu caráter de classe e harmonizando

as contradições da realidade. Situações conflitantes em que as desigualdades são vistas como “desvios” a serem enquadrados institucionalmente:

Os conflitos sociais não são negados, mas, o que é expressão da luta de classes, transforma-se em ‘problema social’, matéria-prima da assistência. Segundo essa visão, *os fatores tidos como problemáticos são deslocados da estrutura social para os próprios indivíduos e grupos considerados como responsáveis pela sua ocorrência. Consequentemente, o que deve ser mudado são os hábitos, atitudes e comportamentos dos indivíduos, tendo em vista seu ajustamento social, contribuindo, assim, para remover ‘obstáculos’ ao ‘crescimento econômico’* (IAMAMOTO, 1982, p. 145-146, grifo meu).

Essa é uma visão impregnada na vida social, que centra a responsabilidade das condições de vida no indivíduo, em meio a um sistema econômico que, teoricamente, seria capaz de atender a todos que buscam suprir suas necessidades vitais por meio do trabalho, tido como o meio privilegiado de inserção na vida social. Situações como pobreza, desemprego e baixa escolaridade são vistos como desconectados da estrutura social, cabendo a cada um que vivencia essa condição a responsabilidade por sua superação, sendo essa questão interpretada como escolha, vontade e esforço. A realidade é tomada em sua superficialidade.

Segundo Iamamoto (1982, p. 147-148), o Serviço Social reproduz, em decorrência de sua institucionalização, tanto o paternalismo autoritário do Estado quanto o seu discurso de benfeitor, guardião da justiça e da paz, gerenciador dos conflitos sociais. Esse quadro de necessidade de controle do trabalhador se liga à própria organização da produção que incide sobre as formas objetivas e subjetivas do trabalhador experimentar a vida em sociedade: portanto, esse controle deve extrapolar a fábrica, invadindo todo o cotidiano privado do trabalhador e sua família, com o objetivo de interiorizar os padrões sociais dominantes e minar iniciativas de organização de classe. No entanto, devido à própria condição real de vida dos trabalhadores decorrente da exploração, todos esses mecanismos de controle são questionados.

É nesse quadro que se insere o Serviço Social na reprodução da força de trabalho, do controle social e da difusão da ideologia dominante sobre a classe trabalhadora, participando da reprodução das relações sociais. É, pois, nessa mesma realidade,



que o assistente social tem a possibilidade, mediante sua relativa autonomia, de tencionar para além do que está posto institucionalmente.

Considerações finais

Como profissão demandada socialmente e partícipe do processo de reprodução das relações sociais sob o comando do capital, o Serviço Social se insere na manutenção e na reprodução também das contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista e que se expandem de forma violenta nessa complexidade social. Contudo, devemos considerar a necessidade da profissão não se encerrar sob esse entendimento, como apenas um instrumento burguês para a garantia da transitoriedade de seus interesses particulares, entretanto também ser considerada como alinhada aos interesses dos trabalhadores.

A ideia defendida nesta exposição é a de que, para que essa possibilidade se torne efetiva, de que a profissão possa contemplar interesses da classe trabalhadora, os profissionais devem ter clareza do papel social do Serviço Social na atual sociabilidade. Não falamos aqui apenas dos direitos normatizados institucionalmente, amplamente atacados e contestados em conjuntura de crise, mas da possibilidade de alargamento desses direitos pela atuação do assistente social. A realidade social deve ser encarada em seu movimento contraditório e total, considerando os atores políticos nela inseridos e que disputam projetos sociais distintos. Essa contradição também deve levar em conta o entendimento do Estado e o papel da política social.

As possibilidades postas na realidade exigem seu exame apurado para que a intencionalidade das políticas sociais se estreite aos objetivos da profissão. Nesse momento se desponta a atuação profissional do assistente social, que deve considerar sua participação nessa particularidade profissional de modo a ir além do que apenas lhe é requisitado via Estado, buscando formas de compreensão e de intervenção que articulem seus saberes teóricos e políticos nesse jogo de poder, a fim de trabalhar na perspectiva de manutenção e ampliação dos direitos sociais, participando de todos os espaços de lutas, envolvendo e capacitando a população como personagem histórico dessa arena de disputas.



Referências

- CERQUEIRA FILHO, G.; NEDER, G. Conciliação e Violência na História do Brasil. Revista Encontros com a Civilização Brasileira, n. 2, Rio de Janeiro, p. 189-228, ago. 1978.
- LEFEBVRE, H. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (Orgs). Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S/A – LTC, 1977.
- MARTINS, J de S. Sobre o Modo Capitalista de Pensar. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARX. K. O Capital. Livro I, Capítulo IV (Inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- _____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: BoiTempo Editorial, 2010.
- _____. O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. 31º ed., v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens (A ideologia Alemã). In: FERNANDES, Florestan (Org.). K. Marx, F. Engels: história. 2º ed. São Paulo: Ática, 1984, p. 182-214.
- NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, M V. (1982). Legitimidade e crise do Serviço Social – Um ensaio de interpretação sociológica da profissão. 236 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. ESALQ/USP, Universidade de São Paulo.
- IAMAMOTO, M V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 25º ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Notas

- 1 Conceito descoberto por Marx em 1863 quando discute o Quadro Econômico de Quesnay, indicando que esse quadro não resume apenas circulação de bens e mercadorias, mas também que esse processo não se interrompe, pois reproduz suas condições. A repartição de mais-valia restabelece o começo: 'Já não se trata, portanto, de reprodução dos meios de produção, mas da reprodução das relações sociais' (LEFEBVRE, 1977, p. 222).
[voltar]

2 ‘Os trabalhadores têm de reproduzir-se, [...] podendo assim um crescimento demográfico acompanhar o das forças produtivas [...]. Todo o crescimento econômico pressupõe, portanto, simultaneamente, a reprodução ampliada da força de trabalho e da maquinaria: por outras palavras, do capital constante (fixo, investido) e do capital variável (salários)’ (LEFEBVRE, 1977, p. 220, grifo no original). [voltar]

3 “Qualquer que seja a forma do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (MARX, 2017, p. 669). [voltar]

4 A dissertação de mestrado é intitulada Legitimidade e crise do Serviço Social – um ensaio de interpretação sociológica da profissão, defendida em 1982 na Esalq/USP, sob orientação do Prof. Dr. Oriowaldo Queda. [voltar]

5 A ideia de reprodução das relações sociais se refere à reprodução da força viva de trabalho e dos meios de produção, seus instrumentos e matérias-primas envolvidos no processo de trabalho, mas não somente. Vai além da reprodução material. Envolve, na sua totalidade, a reprodução da produção espiritual, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas (IAMAMOTO, 1982, p. 90). [voltar]

6 Iamamoto (1982, p. 119) aponta que o estudo sobre a trajetória do Serviço Social no Brasil conduz a afirmação de que a tendência predominante é “o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente” (grifo no original). E isso acontece em decorrência da “integração da ‘clientela’ aos aparatos institucionais através dos quais se exerce o controle social, tornando-se esse profissional assalariado em agente a serviço da racionalização de serviços prestados por essas organizações e intermediários entre elas e a população”. [voltar]



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em outubro de 2020 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).